

LUIZ CARLOS PRESTES E SEUS ALIADOS

Eurico Mendes

A volta do Sr. Luiz Carlos Prestes ao Rio de Janeiro, em 1958, foi precedida e acompanhada por uma revisão pública da linha política do Partido Comunista, destinada a acabar definitivamente com o sectarismo e o dogmatismo do passado. Considerações de ordem "táticas" e finalidades imediatas foram decisivas para a laboração da nova linha, mas não representavam a única razão da guinada. A crise geral do movimento comunista no Brasil levou o Partido a um crescente isolamento das massas trabalhadoras, um desgaste e a uma perda de quadros humanos, lutas internas e cisões, que chegaram a ameaçar a sua própria existência. Sucessivas rebeliões afastaram os virtuais dirigentes que, em nome e com a complacência de Prestes, durante anos, tiveram o destino do PC nas mãos. O próprio Prestes surgiu da crise, do mesmo modo como em 1945, como supremo árbitro e dirigente do Partido Comunista do Brasil.

A chamada nova linha encontrou sua formulação no documento "*Declaração sobre a política do Partido Comunista no Brasil*", publicada na extinta "Voz Operária" de 22 de março de 1958, cujo texto foi reafirmado em seguida pelos porta-vozes do Partido, inclusive no recente opúsculo de Prestes, intitulado "*A situação política e a luta por um Governo Nacionalista e Democrático*", publicado pela Editorial Vitória.

Consoante essas declarações, a política do PC desenvolve-se sob o signo da "Frente Única Nacionalista e Democrática". Tal "frente" deve ser criada mediante a colaboração de todas as forças nacionalistas e democráticas, e aquelas que ainda poderão desenvolver-se nesse sentido. Será composta de forças "extremamente heterogêneas" e deve incluir todas as classes, desde o proletariado até "*os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano*", e de "*grupos da burguesia ligada a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos*".

A espinha dorsal da "frente" deve basear-se na colaboração entre o proletariado e a burguesia que "*se aliam em torno de um objetivo comum de luta por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano*". Assinala o documento que "*a sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas de luta de classe entre operários e capitalistas. Mas essa contradição não exige uma solução radical na atual etapa. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo*".

A Declaração não deixa de pagar um tributo formal à hegemonia do proletariado, prevendo sua realização para um futuro não definido e, finalmente, vem a habitual profissão de fé pacifista, que prevê a solução, através de reformas mais profundas, dos problemas sociais "*colocados na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento da nação*".

Olhando as coisas mais de perto, a "nova linha" não é tão inédita como seus autores pretendem fazer crer. Revivendo os primeiros anos de pós-guerra, lembramo-nos de um Prestes que pregava a "União Nacional", a aliança do proletariado com a "burguesia progressista" e que lançava apelos como o seguinte aos operários do Rio, reunidos no Estádio de São Januário:

Este é o apelo, que em nome do Partido Comunista dirijo ao nosso povo e ao governo, aos dirigentes sindicais, operários e patrões, aos nossos intelectuais, aos chefes militares, assim como aos dirigentes de todas as correntes e partidos políticos... A União Nacional é possível. Existem em nossa terra todas as condições objetivas para sua realização. Unamo-nos pois...

Esta é a nossa tarefa. Todos juntos, porém, operários e patrões progressistas,

camponeses e fazendeiros democratas, intelectuais e militares, havemos de vencê-la, dirigir a nossa pátria pelo caminho do progresso.

Não desejamos cansar os leitores com tais citações. Quem desejar estudar melhor a atitude do dirigente do Partido em 1946 encontrará o material em seu livro "*Problemas Atuais da Democracia*", publicado pela Editorial Vitória. O que nos interessa no momento são os resultados da política seguida naquela época, pois as duas linhas, a velha e a nova, só se distinguem por certa mudança de vocabulário e não representam mais do que variações sobre um só tema.

A experiência de 1945

Quais foram as conseqüências da "União Nacional", da aliança com a "burguesia progressista" depois da guerra?

Na política diária assistimos ao espetáculo da colaboração do PC com Vargas, o líder desgastado que procurava desesperadamente salvar o Estado Novo. Comunistas e trabalhistas encontraram-se numa frente única, pregavam as mesmas fórmulas para a solução dos problemas nacionais e falavam a mesma linguagem à classe operária. A direção do Partido evitava conscientemente tudo que pudesse lembrar uma ação independente do proletariado brasileiro, renunciava à luta contra os órgãos do Estado burguês, que controlavam e oprimiam politicamente a classe operária. Em geral renunciava a qualquer luta pelos direitos políticos dos trabalhadores, contentando-se com vagas fórmulas sobre a "marcha para a democracia" do governo Vargas. Deixou a classe operária e seus próprios quadros políticos sem preparo ideológico organizatório para enfrentar a realidade política, cansando-os com promessas e ilusões pequeno-burguesas. A reação que veio a seguir não teve trabalho para se impor.

No campo sindical, o PC, que, na fase crítica do desmoronamento das instituições do Estado Novo, dera novo prestígio ao peleguismo desmoralizado, procurava a colaboração de elementos ministerialistas, convidando-os à Participação de chapas de "frente única". O partido opôs-se a qualquer campanha pela libertação dos sindicatos da tutela do Ministério do Trabalho, o que iria romper a aliança com os trabalhistas. Imaginava o PC poder tomar conta dos sindicatos de cima para baixo.

Em seguida, a frente única pelego-comunista movimentou-se para abafar a onda de greves, que abalou o país do Norte ao Sul, o legítimo movimento do proletariado brasileiro, o qual, após dez anos de ditadura estadonovista, começou a formular as primeiras reivindicações de classe. Recordemos os cines-jornal, distribuídos pelo DIP, nos quais Prestes aconselhava aos operários a desistirem das greves e a "apertar o cinto".

Os efeitos dessa política não se fizeram esperar. Foi a crescente decepção e desilusão de largas massas de trabalhadores na cidade e mesmo no campo (o Partido impedia a formação de chapas independentes de trabalhadores rurais e de camponeses pobres e fazia "frentes" com latifundiários). Foi a deterioração do movimento proletário propriamente dito, que caía na passividade ou voltava para o trabalhismo (o Ministério do Trabalho tinha algo de material a oferecer). Finalmente resultou no isolamento do Partido Comunista da classe operária, tornando-se uma seita de composição pequeno-burguesa, cujo campo de ação mais importante estava nos setores pequeno-burgueses.

Esse isolamento foi um produto direto da linha direitista e oportunista do PC, da sua incapacidade de integrar-se na classe operária e de defender os seus interesses mais elementares. Depois de vinte anos de existência do Partido Comunista, a grande massa do proletariado brasileiro lhe tinha dado ouvidos pela primeira vez, em 1945. As lutas passadas, mais o prestígio que a URSS conquistara durante a guerra, ofereceram perspectivas inéditas a um movimento marxista no Brasil. O PC, sob a liderança de Prestes, entretantes, já tinha deixado de ser um partido marxista.

Mais tarde, na ilegalidade, quando o partido fazia um balanço da situação, procurou reagir

em sentido oposto — com métodos duvidosos, como foi o caso do "Manifesto de Agosto".¹

Não conseguiu outro resultado, além de estreitar suas bases também na pequena-burguesia. O proletariado, desiludido, tão pouco compreendeu essa reviravolta de hoje. Somente uma classe operária educada e com consciência socialista teria podido impedir que trabalhismo e populismo de diversas marcas voltassem a dominá-la de novo. Mas isso o Sr. Prestes evitou eficientemente, em 1945, quando vendeu o proletariado à "burguesia progressista".

Apertar o cinto novamente?

No ano passado², o dirigente do PC voltou disposto a colaborar com todas as classes e a aceitar legendas em todos os partidos que as quisessem fornecer. Certas dificuldades apenas previa no caso do PRP (devido aos "erros" do Sr. Plínio Salgado), mas isso não impediu os comunistas de marchar com os integralistas, lado a lado, nas eleições do Rio Grande do Sul, onde ajudaram a eleger o primeiro e único senador integralista do Brasil.

Uma das poucas coisas, todavia, que não mereceram o apoio de Prestes foi a "lei do direito de greve", aprovado pela Câmara e atualmente nas mãos do Senado. Essa lei, aceita por uma Assembléia burguesa, foi considerada demasiado radical pelo líder comunista. Aconselhou ele aos "pobres" a desconfiar da "esmola" e anunciou que trabalhistas e comunistas marchariam juntos, para apresentar emendas em comum, a fim de "evitar um mal maior".

Nessa linguagem burguesa, o proletariado brasileiro foi novamente aconselhado a ser mais modesto em suas reivindicações, a apertar novamente o cinto e a não descontentar os "aliados" burgueses. Do "Manifesto de Agosto" voltamos ao ponto de partida, a reedição da frente pelego-comunista, pretendendo-se vender mais uma vez a classe operária em troca de uma "aliança" - desta vez à burguesia nacionalista.

Também aí, os resultados dessa política não deixaram de se manifestar. As eleições em fins do ano passado representaram uma sólida derrota para o PC. É preciso ter visto a pobreza dos comícios eleitorais nos quais Prestes recomendava a candidatura de Lutero Vargas aos trabalhadores, para sentir de perto a inépcia de uma liderança política que não deseja reconhecer o seu fracasso. O próprio Prestes procurou desesperadamente transformar a derrota em vitória, pelos órgãos da imprensa burguesa. Mas como esse remédio se revelou fraco demais, foi acrescentada uma dose de autocrítica:

Não nos demos conta — disse o dirigente comunista na "Voz" pouco antes de fechá-la — se não com atraso de que o agravamento das contradições entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes, nas condições peculiares existentes atualmente, era agravado pelas demais contradições inclusive pela contradição entre o proletariado e a burguesia. Por isso percebemos tardiamente o profundo descontentamento que a aceleração do processo inflacionário provocava nas massas trabalhadoras e que se refletiu particularmente nas lutas contra a carestia de vida e por aumento de salário e vencimentos.

Mau sinal para um partido, que percebe "tardiamente" um fenômeno que qualquer operário de fábrica lhe teria explicado em linguagem mais simples. O resultado dessa "autocrítica" foi a presente campanha contra a carestia, que o Partido desencadeou em seguida. Não deve haver dúvida a respeito, entretanto. A campanha contra a carestia, como está sendo realizada, não fere ninguém e não retifica a linha do Partido. É mera "válvula de escape", destinada a dissipar o descontentamento das bases comunistas, para que a linha de colaboração de classe possa ser continuada.

¹ Em agosto de 1950, avaliando o governo Dutra como de traição nacional, o PCB lançou o "Manifesto de Agosto", que definia o regime como uma ditadura feudal burguesa a serviço do imperialismo. Preconizava uma solução revolucionária que deveria ser articulada em torno de uma "Frente Democrática de Libertação Nacional", sob a liderança do proletariado. (Nota dos editores).

² Refere-se ao ano de 1958 (Nota dos editores).

Essa linha, o ultra-direitismo já crônico do Partido Comunista do Brasil, tem causas mais profundas, deve-se às concepções de alianças e "frentes" que nada de comum têm com o marxismo. Prestes e seu grupo desejam sem dúvida a formação de uma frente antiimperialista, mas os meios propostos para tal fim não produzem, hoje, nem mais aquelas "frentes" oportunistas, de pés de barro, que estamos cansados ver capitular na primeira prova de fogo. O que em 1945 ainda era uma tragédia, agora não passa de comédia. Propõe ele a criação de uma frente formal, à base de combinações de cúpula. Pretende convencer a burguesia a resistir à penetração do imperialismo americano e aconselhar os caminhos que mais correspondem aos interesses da nossa classe dominante. Deseja ele ser reconhecido, nessa "aliança", como parceiro com direitos iguais, oferecendo em troca o apoio (não autorizado) de uma classe operária domesticada — *"Não ofendam os nossos aliados, não assustem a nossa burguesia"* — eis o ABC de sua estratégia política simplória.

A Declaração do CC insiste em apresentar essa "nova linha" como produto do marxismo-leninismo - o que, inútil e gratuitamente, só contribuiu para inquietar a burguesia nacional. Entretanto, mais razões para inquietações temos nós, para quem o marxismo não se limita a uma profissão de fé verbal. Não acreditamos que simples citações dos clássicos resolvam o problema da linha política de Prestes, mas não podemos deixar de defender a reputação de Marx e de Lênin, que de modo algum podem ser responsabilizados por métodos de luta política que decisivamente combateram em vida.

Marx, Lênin...

Numa época em que a Alemanha ainda era um país subdesenvolvido, que, além disso, enfrentava a questão nacional, Marx e Engels definiram do seguinte modo, no Manifesto Comunista, as relações entre proletariado e burguesia numa luta com objetivos comuns:

Na Alemanha o Partido Comunista luta de acordo com a burguesia, todas as vezes que esta age revolucionariamente...

Mas nunca, em nenhum momento, esse Partido se descuida de despertar nos operários uma consciência clara e nítida do antagonismo hostil que existe entre burguesia e proletariado, para que, na hora precisa, os operários alemães saibam converter as condições sociais e políticas, criadas pelo regime burguês em outras tantas armas contra a burguesia...

Mais tarde, na "Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas", Marx desenvolve a tática do partido proletário na revolução burguesa, isto é, na aliança com partidos burgueses, dizendo:

No presente momento, quando a pequena-burguesia democrática é oprimida por toda parte, ela exorta em geral o proletariado à união e à conciliação, estendendo-lhe a mão e procurando criar um grande partido oposicionista, que abranja todas as tendências democráticas, isto é, procura arrastar o proletariado a uma organização partidária onde predominarão as frases social-democráticas de tipo geral, atrás das quais se ocultam os interesses particulares da democracia pequeno-burguesa, organização na qual, em nome da tão desejada paz, as reivindicações específicas do proletariado não possam ser apresentadas. Semelhante união seria em benefício exclusivo da pequena-burguesia democrática e em prejuízo indubitável do proletariado... Tal união deve ser, portanto, resolutamente rejeitada... Para lutar contra um inimigo comum não se precisa de nenhum órgão especial. Uma vez que, sendo necessário lutar diretamente contra tal inimigo, os interesses de ambos os partidos coincidem no momento e essa união, como vem ocorrendo até agora, surgirá no futuro, por si mesma...

Convém ressaltar ainda que essas recomendações de Marx e Engels aos revolucionários alemães, em 1848 e 1850, foram dadas numa época em que a classe operária germânica era incomparavelmente mais fraca e menos desenvolvida do que é presentemente o proletariado brasileiro. Não havia ainda sindicatos e os primeiros partidos de massas, se se pode chamar assim, pois não contavam com mais do que poucos milhares de aderentes,

surgiram quase duas décadas mais tarde, com a agitação de Lassalle, Bebel e Liebknecht. Mas isso não impediu que Marx colocasse desde o primeiro momento da luta a questão em termos de classe.

Lênin, por sua vez e em outras circunstâncias, teve de se ocupar da tática de alianças, praticamente durante toda a época de luta contra o tzarismo. Numa das fases mais remotas, antes da formação de um partido organizado, os revolucionários russos entraram em alianças com os chamados "marxistas legais"... A terminologia não deve confundir. Os tais "marxistas" eram representantes da burguesia liberal, que em sua fase revolucionária adotavam nomes radicais, do mesmo modo que os representantes da burguesia liberal alemã nos tempos de Marx chamavam-se de "social-democratas" (nós também temos os nossos "pessedistas" e "trabalhistas", embora não tenham nada de revolucionários). Lênin descrevia essa aliança, feita em bases formais, e as razões de sua ruptura, em "O Que Fazer?" do seguinte modo:

A aliança com os marxistas legais foi uma espécie de primeira aliança verdadeiramente política concertada pela social-democracia russa. Graças a essa aliança conseguiu-se o triunfo, assombrosamente rápido, sobre o populismo, assim como a enorme difusão das idéias marxistas (embora em forma vulgarizada)... O rompimento não foi provocado, evidentemente, porque os "aliados" tinham se revelado pequeno-burgueses. Pelo contrário, os representantes desta última tendência são aliados naturais e desejáveis da social-democracia, sempre que se trate de atingir os objetivos democráticos seus, objetivos que a situação atual da Rússia coloca em primeiro plano. Mas é condição indispensável para essa aliança que os social-democratas tenham plena possibilidade de revelar à classe operária o antagonismo inconciliável entre os seus interesses e os da burguesia.

Foi essa a primeira e, simultaneamente, a última aliança formal dos leninistas russos com a democracia burguesa. O aprofundamento da luta de classes na Rússia tornou mais difícil para a burguesia respeitar a independência do movimento operário. A industrialização aumentara o antagonismo e, já em 1905, durante a revolução (que ainda não era socialista) Lênin pregava o "marchar separado, bater em conjunto", nas "Duas Táticas", considerando os partidos burgueses aliados na luta contra o absolutismo, mas recusando qualquer acordo formal com eles.

Lênin em toda sua vida permaneceu fiel à concepção esboçada em 1898, em "As tarefas da Social-Democracia Russa", ao falar da colaboração entre marxistas e revolucionários burgueses (assinalamos que se trata de revolucionários, o que não é de todo sem importância no caso), dizendo:

Ao assinalarem a solidariedade de tais ou quais grupos opositores com os operários, os social-democratas porão sempre os operários à parte, explicando sempre o caráter temporário e condicional dessa solidariedade, acentuarão sempre a independência de classe do proletariado, que se pode erguer amanhã contra seus aliados de hoje. Dir-nos-ão: isto enfraquecerá todos os que lutam pela liberdade política no momento atual. E nós responderemos: isto fortalecerá todos que lutam pela liberdade política. Só são fortes os lutadores que se apóiam em interesses reais claramente compreendidos de determinadas classes e todo fator que obscurece esses interesses de classe, os quais já desempenham papel predominante na sociedade moderna, servirá apenas para enfraquecer os lutadores.

... E Prestes

Queremos ressaltar mais uma vez que citações não substituem análises marxistas. Não pretendemos recomendar ao Sr. Prestes que imite as táticas de 1848 na Alemanha ou as da época da luta contra o absolutismo na Rússia. Não é esse o sentido do marxismo e de modo algum desejamos repetir o dogmatismo barato do PC, em 1945, que justificara a sua luta "pela Constituinte com Getúlio" com o argumento de que os bolcheviques "também lutaram pela Constituinte".

Não há dois momentos idênticos na história do movimento operário, nem no espaço e nem

no tempo. Toda fase de luta exige uma tática determinada, que depende de condições e circunstâncias muito concretas. A situação de 1848 na Alemanha e a de 1905 na Rússia requereram táticas bastante diferentes. O que a atitude dos revolucionários nos dois países tinha em comum, entretanto, eram os princípios de luta, o método marxista, isto é, a análise materialista das forças sociais. O que tinham em comum era a preocupação dos líderes revolucionários em preparar e salvaguardar o proletariado para sua missão histórica em todos os momentos da luta de classes.

Essas preocupações se mantiveram completamente estranhas a Prestes em toda a sua carreira de "líder proletário". Nunca agiu como marxista no cenário nacional, nem em 1930, quando se refugiou num abstencionismo sectário, nem em 1935, como promotor de uma "quartelada" pequeno-burguesa, nem em 1945, quando, com sua "União Nacional", se opôs frontalmente às aspirações do proletariado brasileiro. Esperávamos em vão que tivesse utilizado os dez anos de inatividade forçada para aproximar-se da realidade brasileira de um ponto de vista marxista. Mas não só não produziu nenhum trabalho que permita supor a sua preocupação com o assunto, como também surgiu, na prática, com uma plataforma quase idêntica à que o levou à *débâcle*. Com uma ligeira diferença, talvez: em 1945, ainda falava da revolução agrária (em teoria) e hoje estende as mãos aos latifundiários nacionalistas e entrega a bandeira da reforma agrária a Dom Helder. Provavelmente chegou à conclusão de que tenha sido esse o sectarismo e essa parece ser a única experiência que tirou de uma década de história nacional.

Não pretendemos, no entanto, pôr em dúvida a integridade pessoal de Luiz Carlos Prestes. Sabemos que se considera "marxista-leninista", honestamente e de consciência limpa. Desconfiamos, entretanto, que cometa um equívoco — ou um "erro" como se diz em linguagem partidária (ao lado dos erros do camarada Stalin e do Sr. Plínio Salgado). Confunde ele marxismo e leninismo com uma estratégia de mero apoio à política externa da União Soviética. Somente isso explicaria porque, em 1945, na aparente lua de mel entre os Estados Unidos e a União Soviética, chegou a apertar a mão do Embaixador dos Estados Unidos em praça pública, falando da colaboração do capital estrangeiro progressista na construção do Brasil e, hoje, prega uma frente anti-norte-americana de caráter duvidoso. O que Prestes faz na realidade é sacrificar o movimento socialista no Brasil a uma estratégia diplomática passageira. Dito de passagem, o sacrifício é sem proveito, pois quanto mais fortes os movimentos políticos da classe operária nos países capitalistas, tanto mais forte será a posição da União Soviética no mundo. Não sabemos também até que ponto ele se dá conta desse fenômeno. Fato é que sua linha política se enquadra perfeitamente em seu passado. Vivendo hoje ainda das glórias de uma fase heróica de um movimento da classe média, da marcha da Coluna, nunca chegou a se libertar das concepções do passado. Pequeno-burguês, contenta-se em afirmar que a revolução não é socialista ainda, justificando assim a total renúncia à luta de caráter socialista. Para Prestes o movimento independente do proletariado ficará sempre para as calendas gregas. A única coisa que tomou emprestado à luta de classe proletária é uma fraseologia marxista, mas mesmo esta está se tornando pesada demais. O que resta é um tenente envelhecido, que procura adaptar-se às novas condições de um Brasil em industrialização.

Aliados e "aliados"

Como devemos colocar o problema das alianças à base da realidade da luta de classes no Brasil de hoje?

Evidentemente não estamos mais em 1930, nem em 1935 e nem mesmo em 1945. O país passou por uma fase de expansão industrial — e continua passando em ritmo mais moderado — que não permite mais falar em termos de simples economia agrária. O desenvolvimento econômico completou, até um certo grau, a obra da revolução de 1930. A burguesia está no poder e lidera a coligação das classes dominantes. A tarefa fundamental da revolução burguesa, a de destruir o domínio político do campo sobre a cidade foi solucionada de um modo burguês-reformista. E outra solução a nossa burguesia não está mais em condições de apresentar e nem disposta a fazê-lo.

Analisando a presente situação do país encontramos algumas características fundamentais

para a questão das alianças:

1. Presenciamos o crescimento de uma burguesia que chegou tarde ao cenário nacional e internacional, na época do imperialismo em decadência, na fase em que o capitalismo luta em escala mundial pela sua sobrevivência, em competição com um bloco de países socialistas, que abrange um terço da humanidade. No campo interno, a burguesia enfrenta uma classe operária numericamente desenvolvida, bem ou mal organizada em sindicatos e que no passado já revelou predisposições para soluções revolucionárias, representando, portanto um inimigo político em potencial. Temos uma burguesia, cujo desenvolvimento é freado pelo imperialismo, mas que simultaneamente tem algo a defender, algo a perder, contra uma classe operária em ascensão e que procura derrubar o capitalismo em escala mundial.

2. Historicamente o capitalismo brasileiro se desenvolveu à base de uma economia agrária latifundiária, que até hoje conserva fortes traços de monocultura. Isso, em parte, freou o desenvolvimento do setor burguês, porque limitou de antemão o mercado interno. De outro lado, são as exportações de produtos agrários que financiam a industrialização do país. Esses dois aspectos determinam as relações da burguesia nacional com o setor latifundiário, caracterizadas tanto por antagonismos, como por comunidade de interesses e determina igualmente a atitude dessa coligação das classes dominantes em relação aos países imperialistas de cujo mercado dependem as exportações brasileiras.

3. Nossa burguesia não tem mais disposições para soluções revolucionárias — nem no combate do atraso interno, nem na luta contra um opressor externo. Suas armas ideológicas são as teorias de desenvolvimento, que nos são apresentadas nos mais diversos tons. Todas elas têm em comum o pretender que o crescimento econômico capitalista solucione os problemas nacionais, que esse crescimento terá de ser lento e constante, eliminando os conflitos internos e atritos sociais e que desse modo repetiremos o que nações mais antigas já realizaram no passado (ignorando quase dois séculos de agudas lutas de classes, que marcaram o auge e o declínio do capitalismo europeu). O que essas teorias de desenvolvimento todas têm em comum, até as mais nacionalistas, é que, de um modo ou de outro, pressupõem uma colaboração do capital estrangeiro, isto é, do imperialismo, que deve ajudar a solucionar os problemas nacionais. O que varia nas diversas matizes do "desenvolvimento" são as condições dessa "colaboração". Os remédios propostos visam em geral colher os benefícios, eliminando os aspectos sombrios da penetração imperialista. É uma solução ideal e nada dialética e por isso mesmo irreal. Mas, abstraindo essas imagens pequeno-burguesas da realidade econômica, uma coisa fica certa: sem o apoio do capital estrangeiro os "desenvolvimentistas" não oferecem perspectivas de solução dos problemas nacionais. Isso elimina de antemão as possibilidades de emancipação do país mediante o desenvolvimento burguês e limita o papel da burguesia nacional a luta antiimperialista.

4. O fator não menos importante que caracteriza o panorama nacional é a situação da classe operária, cujo papel político não corresponde absolutamente ao seu peso específico na estrutura social e econômica do país. Temos um proletariado, como classe, economicamente definido, mas que politicamente não se faz sentir como força independente no cenário nacional. Politicamente, o exército dos trabalhadores ainda representa uma força auxiliar da burguesia nacional. Não se pode, a rigor, nem afirmar que o nosso proletariado seja reformista, como acontece com a classe operária em países desenvolvidos. O nosso proletariado está sob o domínio direto de partidos burgueses, trabalhistas e populistas, representando a sua reserva eleitoral. De todos os fenômenos de atraso, dos quais sofre o país, este pesa mais na política nacional. A tarefa da transformação do proletariado brasileiro de "classe em si" em "classe para si" ainda representa o problema cardinal para o movimento marxista.

Os pontos aqui enumerados não pretendem esgotar o panorama nacional, mas sim chamar unicamente a atenção sobre as tarefas fundamentais do desenvolvimento do país. Como marxistas, o nosso futuro está evidentemente ligado à classe operária. Ela sempre será a nossa "tarefa fundamental" e se não conseguirmos nos ligar organicamente a ela, as nossas

análises revolucionárias e profissões de fé se tornarão meros chavões e, nesse caso, seria melhor mudarmos de ocupação, como outros fizeram antes de nós. Isso em si já define a nossa posição e o ângulo sob o qual encaramos a política nacional. Mas, mesmo abstraindo isso, a situação do país chegou a um ponto em que a chave do futuro desenvolvimento político está com o proletariado. O desmoronamento dos partidos burgueses, o desgaste dos políticos profissionais, o surgimento de nomes extra-partidários nas eleições, como salvadores da pátria, mostra o beco sem saída da política burguesa. Esta situação dá à luta pela independência ideológica e orgânica da classe operária uma atualidade toda especial e é esse o ponto de partida para julgar o problema das alianças.

Os nossos aliados mais próximos serão evidentemente todos aqueles que se empenham, com maior ou menor consciência, na formação de um proletariado político. Todos aqueles que se mostram capazes de desenvolver uma atividade contínua nesse sentido, nas épocas calmas como nas crises, nos sindicatos como nas campanhas eleitorais. Trata-se evidentemente de uma aliança de organismos políticos com certa consciência, destinada a conquistar a classe operária pelo marxismo. Bem ou mal temos de pagar aqui pelos pecados do PC, que fracassou nesse terreno durante os trinta e cinco anos da sua existência.

Em segundo lugar, entre os aliados estão aqueles que combatem a favor de condições objetivas, tanto nas relações internas como externas, que facilitam o processo da formação política da classe operária. Aqui já chegamos ao terreno das relações de classe para classe e isso dependerá: a) do grande amadurecimento do proletariado, que é uma garantia contra simples adesões a posições burguesas e b) da situação objetiva dessas classes "aliadas".

O aliado mais próximo do operário industrial é certamente o trabalhador agrícola, explorado sob as mais diversas formas nas diferentes zonas rurais. Seu peso político, até agora foi praticamente nulo. Fornecia ele, na maioria dos casos, o voto de cabresto para os coronéis. Há, entretanto indícios de um despertar no campo, tanto no nordeste, como no sul do país. As Ligas Camponesas de Pernambuco parecem ser o passo mais decisivo nessa direção. Um futuro partido operário terá todo interesse em tornar-se porta-voz direto dessa camada e de estimular por todos os meios o seu amadurecimento político. Desde já devemos levantar o problema da extensão da legislação trabalhista ao campo, toda vez que apresentam reivindicações em âmbito nacional.

Em segundo lugar, entre os aliados latentes, vem a pequena-burguesia da cidade e do campo. Não se trata de uma massa homogênea, mas da classe que mais flutua entre os pólos da política nacional. Uma minoria dela se ligará diretamente ao movimento operário. No seu meio encontramos também o berço do nacionalismo militante, capaz de ser desenvolvido em antiimperialismo mais conseqüente. Parte da pequena-burguesia trava, todavia uma luta inconsciente contra a industrialização, pela defesa de um brasileiroismo saudosista, de uma época de vida mais fácil, que contém evidentes aspectos reacionários. O nacionalismo dessa gente terá sempre a tendência de tornar virtude os males existentes. Finalmente encontramos no seu meio o foco de um fascismo militante, não só do tempo áureo do integralismo, como também do recente "Clube da Lanterna"³ que, em momentos de crise, chegou a ganhar importância. A instabilidade desse neo-fascismo não deve iludir. A industrialização aprofunda as contradições e os focos crescerão de novo quando a pequena-burguesia for atingida por crises econômicas maiores. Uma das fraquezas do lacerdismo foi a sua ligação com o imperialismo norte-americano, mas isso não quer dizer que os semeadores façam também a colheita. Uma coisa parece certa: um fascismo mais popular se desenrolará sob o signo do nacionalismo, para se impor.

Proletariado e burguesia

³ Movimento criado em agosto de 1953 no Rio de Janeiro por Carlos Lacerda em oposição a Getúlio Vargas. Mesmo após a morte de Getúlio, o clube continuou existindo, agora tendo Juscelino Kubitschek como principal alvo. Em resposta ao movimento, surgiu outro, a Frente de Novembro, composta por civis e militares que haviam participado, em novembro de 1955, do chamado Golpe Legalista, a manobra que frustrou o plano lacerdista de impedir a posse de JK. (Nota dos editores).

Se o proletariado, em princípio, ainda pode firmar certos compromissos com facções pequeno-burguesas radicais, em torno de objetivos concretos, qualquer "frente" ou aliança formal com a nossa burguesia se torna utópica. Em primeiro lugar não pode haver aliança quando um dos "aliados", o proletariado, está sendo dominado politicamente pelo outro, a burguesia. O sentido da luta é justamente o inverso, é pela emancipação da classe operária da tutela e da máquina ministerial da burguesia. Esta é hoje a dona do Estado e tem uma profunda e justificada desconfiança de movimentos populares em geral. Seria ingênuo querer supor que possa ou queira respeitar a independência da classe que representa o seu antagonista mais perigoso na sociedade capitalista. Sinal é que, quando cansada de exercer uma ditadura indireta, por intermédio do Estado Novo, desmantelou a "polaca", conservou e continua a defender com unhas e dentes aquela parte da Carta fascista, que lhe permite controlar e estrangular o movimento operário: o controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos.

Significa isso que a burguesia e o proletariado não tenham mais adversários em comum? Que não se possam mais encontrar numa "união" que pode "surgir por si mesmo"? Evidentemente não. Estamos na luta antiimperialista e o capital financeiro internacional não só explora o nosso operário, como também entra em choque com a burguesia nacional. Ambas as classes enfrentam o domínio imperialista, mas as suas posições em relação ao adversário diferem tão profundamente, como difere a sua posição na sociedade atual. Enquanto o proletariado combate o imperialismo numa guerra sem trégua, a burguesia o combate e colabora com ele ao mesmo tempo.

Devemos apoiar mesmo essa luta inconseqüente da burguesia nacional contra o capital financeiro? Como marxistas estamos inclinados a responder com um "sim", mas a resposta definitiva depende do que se entender por esse apoio. O problema não é novo. Na história do movimento operário internacional há uma divisão já secular. Em todos os lugares e momentos encontramos alas reformistas, que justificam a colaboração de classe com a burguesia com a necessidade de um apoio qualquer. O exemplo clássico é o dos bolcheviques e mencheviques. Em 1905, os mencheviques explicaram a sua renúncia à hegemonia da classe operária na revolução, com a necessidade de apoiar a luta da burguesia russa contra o tzarismo, justificando a sua atitude com o apoio que Marx deu à burguesia alemã em 1848. Enfrentaram eles acirrada hostilidade da facção bolchevique contra essa tática. Para desempatar os debates, que se desenvolveram no Congresso de Londres do Partido Social-Democrático Russo, Rosa Luxemburgo tomou a palavra para sustentar as posições de Lênin:

Sem dúvida... — disse Rosa — que Marx apoiou a luta da burguesia com todos os meios. Mas em que constituiu esse apoio? Em que denunciava, do princípio até o fim, todas as posições dúbias e inconseqüentes, toda a fraqueza e pusilanimidade da burguesia; em que sustentava e defendia, sem a menor hesitação todas as ações de classe do proletariado... A política de Marx consistia em empurrar a burguesia até o último limite da situação revolucionária. Sim, Marx apoiava a burguesia, mas ele a apoiava com o chicote e com pontapés.

Evidentemente não é este o gênero de apoio que os nossos defensores da "aliança com a burguesia" estão pregando. Tal apoio, como classe, só um proletariado independente poderá fornecer; somente desse modo se poderá empurrar a burguesia até os limites de uma situação, revolucionária ou não.

E aí voltamos ao ponto de partida. Dedicar as suas energias à organização da classe operária é atualmente a tarefa mais urgente dos marxistas brasileiros; a contribuição mais preciosa que poderão dar ao desenvolvimento do país. No presente momento urge concentrar os esforços nesses setores do proletariado, que estão mais preparados para atender aos nossos apelos, que se movimentam mais facilmente e cuja ação repercute em âmbito nacional, arrastando as camadas mais atrasadas. São esses os trabalhadores das indústrias chaves, organizados parcialmente em sindicatos e federações, que travam a luta pelo direito de greve e pela autonomia sindical.

Apesar de toda a ação nefasta do pelego-comunismo o processo espontâneo de formação

de uma classe operária "para si" nunca parou. Tomou formas mais conscientes com a campanha contra o Decreto-lei 9.070.⁴ Essa experiência começa a modificar novamente as concepções políticas do proletariado, mas até agora faltou um partido marxista, que pudesse tornar consciente essa mudança. O PC, como está, evidentemente não dá mais para isso. Formado à semelhança do seu Senhor, educado há 25 anos numa mentalidade "aliancista", os conflitos sociais o assustam. Nessa luta o proletariado fica freqüentemente sozinho, contra a sociedade burguesa, e isso contradiz o dogma prestista de colaboração de classe.

Os pequenos grupos, que hoje reivindicam para si o papel de vanguardas revolucionárias e que se colocam no terreno teórico da luta de classes, encontram nesse processo espontâneo o seu campo para uma ação consciente e aí sofrerão as suas provas de fogo. Eles sobreviverão na medida em que mostrem capacidade de acelerar o processo da formação política da classe e se tornarão um Partido Operário na medida em que consigam ligar-se organicamente ao proletariado. O marxismo, como movimento militante, sempre foi síntese do socialismo científico com o movimento operário e essa síntese só se dá na luta diária.

Aí encontraremos também o divisor de águas. Quem quiser que fique com a nossa "burguesia nacionalista", com os "setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano" e com os mitos do passado. Nosso objetivo é o proletariado brasileiro, o mais numeroso do país mais industrializado da América Latina. Quando este jovem gigante aprender a andar sozinho, suas colunas abalarão o Continente e o próprio baluarte do imperialismo; cabe a ele hastear a bandeira vermelha sob o Cruzeiro do Sul.

(Publicado na Revista Movimento Socialista Nº 2, RJ, dez/1959. Assina Eurico Mendes, um dos nomes literários utilizados por Érico Sachs em seus escritos políticos. Texto digitalizado e revisado com base na coletânea "*Andar com os Próprios Pés*", Belo Horizonte, SEGRAC. 1994).

⁴ Decreto-Lei de 15 /03/ 1946, que regulamentou e restringiu o direito de greve. Foi revogado e substituído pela Lei Nº 4.330, de 1º/06/1964, da Ditadura Militar, conhecida como lei anti-greve. (Nota dos editores).